

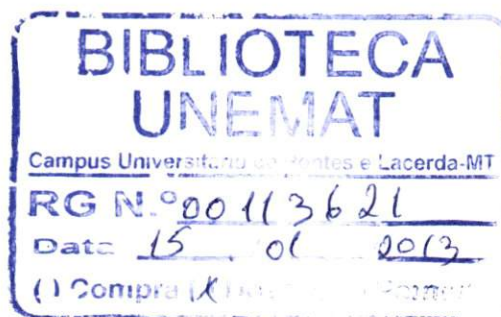
631
M357P
C92459132

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA

**DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO RITINHA LOCALIZADO NO
MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT**

Autora: Karla Renata Costa Marques
Orientador: Prof. Me.Mauricio Arantes Vargas

“Trabalho de conclusão de Curso de graduação em Zootecnia, apresentado ao Departamento de Zootecnia da Universidade do Estado de Mato Grosso-Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como parte das exigências para obtenção do título de BACHAREL EM ZOOTECNIA.”



PONTES E LACERDA
JUNHO/2011

Marques, Karla Renata Costa.

M357d Diagnóstico do assentamento Ritinha localizado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT / Karla Renata Costa Marques. – Pontes e Lacerda : [s.n.], 2011.
49 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado – Zootecnia) –
Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Pontes e Lacerda, 2011.

Orientador: Prof. Me. Maurício Arantes Vargas.

1. Agricultura Familiar. 2. Pecuária de Leite. 3. Reforma Agrária. I.
Título. II. Pontes e Lacerda – Universidade do Estado de Mato Grosso,
Campus Universitário de Pontes e Lacerda.

CDU 631

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA

**DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO RITINHA LOCALIZADO NO
MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT**

Autora: Karla Renata Costa Marques



Orientador: Prof. Me. Maurício Arantes Vargas



Membro: Zootecnista Luzia Elaine Domingues Pimenta



Membro: Eng. Agrônomo Armando Carlos da Silva Passini

PONTES E LACERDA
JUNHO/2011

Dedico ao meu esposo, a quem devo muito por hoje ter conquistado mais essa vitória em
minha vida.

À minha família, que mesmo estando longe não deixaram de me fortalecer e dar apoio
com amor e compreensão.

Ao meu pai Luiz (*in memorian*), que infelizmente não está do meu lado, mas está
presente no meu coração hoje e sempre.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS que é meu defensor e o meu protetor, por todas as graças alcançadas e por mais uma vitória no meio de tantas batalhas.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, por ter proporcionado a minha formação profissional.

A todos os professores do Departamento de Zootecnia e a todos os servidores do *Campus* de Pontes e Lacerda pela contribuição para com a minha formação profissional.

Ao meu orientador Me. Maurício Arantes Vargas, pela orientação, pelo incentivo, pela troca de conhecimentos e pela paciência comigo.

A minha querida e inesquecível professora Jocilaine Garcia, que muitas vezes me fez chorar, mas que também, me fez querer o melhor de mim mesma.

A minha família, meu esposo e pessoa queridas que tanto amo com a seguinte frase: “Vocês foram presenças marcantes na minha vida e na minha solidão...mas respeitaram profundamente a minha maneira de lutar pelos meus ideais e objetivos. As suas presenças, companhias, suas palavras e dedicação para comigo mesmo quando eu não as escutava, foram expressão de amor profundo. Muito obrigado a todos vocês que fazem parte da minha vida.”

Ao INCRA do município de Vila Bela da Santíssima Trindade e aos assentados que colaboraram com a minha pesquisa para o término do meu curso.

Aos colegas que com uma frase, uma palavra, um gesto ou até mesmo uma com uma crítica me ajudaram, em especial a minha colega Kelly e Rogério que ajudaram nesse trabalho.

“A pessoa que procura segurança no Deus altíssimo e se abriga na sombra protetora do Todo-Poderoso pode dizer a ele: “Ó Senhor Deus tu és meu defensor e o meu protetor. Tu és meu Deus eu confio em ti”.

Deus mandará que os anjos dele cuidem de você para protegê-lo aonde quer que você for.

Eles vão segurá-lo com suas mãos, para que nem mesmo os seus pés sejam feridos nas pedras.

Com os pés você esmagará leões e cobras, leões ferozes e serpentes venenosas”.

RESUMO

As áreas de assentamento rural no Brasil vêm crescendo, em ritmo acelerado e assim aumenta a necessidade de uma maior atenção à reforma agrária para alavancar o desenvolvimento rural sustentável desses produtores. Este estudo teve como objetivo realizar o Diagnóstico das Propriedades do Assentamento Ritinha do Município de Vila Bela de Santíssima Trindade - MT, levantado em consideração a caracterização geral do assentamento, das famílias, da infra-estrutura, caracterização e uso do solo, composição do rebanho, pecuária de leite, corte e índices zootécnicos, a partir da análise de questionários aplicados a maioria das famílias assentadas, visou analisar o sistema produtivo e problemas enfrentados pelos produtores. Foi observado é que apenas um dos entrevistados está no assentamento desde 1997, mais de 70% dos assentados está no assentamento a mais de dez anos, indicando um bom índice de permanência e que as famílias realmente estavam interessadas na terra e aproximadamente 10% das famílias estão a menos de cinco anos e dois disseram estar no assentamento há aproximadamente um ano, com isso, é possível comprovar que existe uma rotação de famílias dentro do assentamento. Verificou-se através da análise que a pecuária de leite é atividade mais utilizada dentro das propriedades do assentamento, com 2551 cabeças com a produção de 2826 litros/dia, com uma produtividade média por vaca em lactação de 45 litros/dia. A pecuária de corte foi encontrada em 42,39% das propriedades entrevistadas com 1550 cabeças de gado. A pastagem predominante encontrada no assentamento foi a *Brachiaria humidicula*, sendo a principal fonte de alimentação para o rebanho. Percebeu-se que ao longo dos anos, houve uma valorização das propriedades e ainda comparando com o PDA, houve uma melhoria na renda familiar de cada família assentada. O solo é um dos problemas enfrentados pelos produtores, pois são solos alagados de má drenagem que reduz o desenvolvimento geral da gramínea, causando sua morte. A pastagem utilizada é *Brachiaria humidicula*, sendo está de baixo valor nutritivo e ainda sem nenhuma adubação. Outro problema enfrentado é a venda do leite por um preço baixo de R\$ 0,53 quando comparado com o leite produzido por outros produtores. Por isso esses assentados precisam de assistência técnica e apoio financeiro para a maximização da produção.

Palavras-chave: agricultura familiar, pecuária de leite, reforma agrária.

ABSTRACT

The areas of rural settlement in Brazil have been growing at a rapid pace and so increases the need for greater attention to land reform to boost the development of sustainable rural producers. This study aimed to perform the Diagnostic Properties Settlement Ritinha the Municipality of Vila Bela Trinity - MT, raised in regard to the general characterization of the settlement, the families, infrastructure, land use and characterization, composition of the flock, cattle, milk, cutting and production indices, based on the analysis of questionnaires the majority of settlers, aimed at analyzing the production system and problems faced by producers. It is observed that only one of the respondents are in the settlement since 1997, more than 70% of the settlers in the settlement is more than ten years, indicating a good retention rate, and families were really interested in the land and approximately 10% of households are less than five years and two said they were settling in for nearly a year, it is possible to prove that there is a rotation of families within the settlement. It was found through analysis that the cattle, milk is an activity within the most used properties of the settlement, with 2551 heads to the production of 2826 liters / day, with an average yield per cow in milk 45 liters / day. Beef cattle production was found in 42.39% of the farms interviewed 1,550 heads of cattle. The pasture was predominantly found in the settlement *Brachiaria humidicula*, being the main source of food for the flock. He noticed that over the years, there was an appreciation of the properties and even compared to the PDA, an improvement in family income of each family based. Soil is one of the problems faced by producers because they are flooded soils of poor drainage that reduces the overall development of the grass, causing his death. The pasture is used *Brachiaria humidicula*, being of low nutritional value and still with no fertilization. Another problem is the sale of milk at a low price of R \$ 0.53 compared to the milk produced by other producers. So those seated need for technical assistance and financial support for maximizing production.

Keywords: family farming, dairy farming, agrarian reform.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 A reforma agrária e os assentamentos no Brasil	11
2.2 A reforma agrária e os assentamentos no estado de Mato Grosso	14
2.3 A reforma agrária e os assentamentos de Vila Bela Santíssima Trindade	17
2.4 Agricultura familiar	20
3 MATERIAL E MÉTODOS	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 Caracterização geral do Assentamento	23
4.2 Caracterização das famílias	23
4.2.1 Idade	23
4.2.2 Composição familiar do assentamento Ritinha.	24
4.3 Tempo de ocupação dos lotes.....	25
4.4 Renda estimada das famílias beneficiadas	25
4.5 Caracterização da infra-estrutura do assentamento	26

4.6 Caracterização e uso do solo.....	27
4.7 Atividades econômicas	28
4.7.1 Agricultura.....	28
4.7.2 Pecuária	28
4.7.3 Composição do rebanho	29
4.7.4 Índices zootécnicos gerais	29
4.7.5 Monta natural.....	30
4.7.6 Mortalidade e descarte.....	30
4.7.7 Taxa de lotação.....	31
4.8 Pecuária de corte	31
4.8.1 Composição do gado de corte.....	31
4.8.2 Pecuária Leiteira.....	32
4.8.3 Composição do rebanho leiteiro.....	33
4.8.4 Raças leiteiras.....	34
4.8.5 Relação touro/vaca	35
4.8.6 Período de lactação.....	35
4.8.7 Intervalo entre partos.....	35
4.9 Créditos rurais	36
5 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	44

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a reforma agrária teve sua origem na pressão dos movimentos sociais sobre o uso e ocupação do solo. Este movimento ganhou força com o advento de organizações no campo, com o crescimento das Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro, no final da década de cinquenta, culminou com a sanção do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que visava regular as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que criou o Estatuto da Terra (FERNANDES, 2011).

Peixoto e Garcia (2006) relatam que o Estatuto da Terra estabelecia como metas, a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. O Brasil atualmente é o segundo país do mundo com maior concentração fundiária, perdendo apenas para o Paraguai. Até a década de 80, no Brasil, pouco se fez pela reforma agrária, no entanto, o desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura obteve grande atenção dos governos que se sucederam, desde a implantação do regime militar.

A reforma agrária proposta consistia na revisão e no reajustamento das normas-sociais e econômico-financeiras que regiam a estrutura agrária do país, visando à valorização do trabalhador do campo e o incremento da produção, mediante a distribuição, utilização, exploração sociais e racionais da propriedade agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural. (CAVALCANTE, 1961).

Melgajero (2000) relata que em 1983, no Estado do Paraná, trabalhadores rurais organizaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e pressionaram o governo, através de manifestações e ocupações de terras para conseguirem acelerar a reforma agrária e garantirem o acesso a terra. Desde então, houve avanços na reforma agrária, mas com resultados muitos tímidos frente ao tempo e o que propôs o Estatuto da Terra. Todos os países, hoje chamados de desenvolvidos, realizaram em algum momento da sua história, alterações nas estruturas fundiárias, resolvendo problemas causados por distorções semelhantes às existentes no Brasil.

Ferreira e Silva (2009) apresentam que a reforma agrária produz um reordenamento da ocupação do território, reduzindo a desigualdade e a exclusão social. Destacam que é notável a mudança na função da propriedade que passa a cumprir seu papel social favorecendo o bem-estar dos agricultores e de suas famílias e ainda, ser inquestionável a importância econômico-

social, das mesmas como geradoras de ocupação, renda, segurança alimentar e redução no êxodo rural.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, possui como missão prioritária a realização da reforma agrária, administrando as terras públicas da União e mantendo um cadastro nacional de imóveis rurais. Peixoto (2002) apresenta que desde 1995, o INCRA passou a considerar o planejamento do desenvolvimento sustentável, nas ações de implantação de assentamentos rurais.

O assentamento rural é a unidade de produção agropecuária resultante do processo de reforma agrária, e constitui-se no lugar de vida e trabalho das famílias beneficiadas, visando à justa distribuição da terra, condicionado o seu uso ao bem estar social. Esta nova unidade de produção reordena, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso da terra, estabelecendo outros padrões sociais de produção agrícola e pecuária, por vezes, criam novas dinâmicas econômicas e sociais (MARTINS, 2003, MEDEIROS et al., 2002, BERGAMASCO; NORDER, 1996, VEIGA, 1984).

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi fazer um diagnóstico socioeconômico do assentamento Ritinha no município de Vila Bela da Santíssima Trindade no Estado Mato Grosso, visando comparar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento original proposto e a realidade existente.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As políticas agrárias implementadas nas últimas décadas pelo Governo Federal trataram sempre o país, embora tenha dimensões continentais, como um todo homogêneo. Recentemente se implantou a visão do planejamento do desenvolvimento sustentável voltada para os territórios, em função da necessidade de articulação das políticas públicas para o meio rural e de formação de parcerias para potencializar resultados e reduzir desperdícios vinculados à superposição e à dispersão de esforços (BRASIL, 2005).

2.1 A reforma agrária e os assentamentos no Brasil

O Brasil tem sua história marcada por políticas que favorecem o crescimento da desigualdade social, favorecimento dos latifúndios e das grandes propriedades rurais em detrimento do pequeno produtor (LAMERA e FIGUEREDO, 2009).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas. A questão agrária começou, então, a ser discutida com uma ênfase maior e era considerada como um obstáculo ao desenvolvimento do país (BRASIL, 1997).

Segundo Reforma Agrária (2011), na década de 60, aumentou a pressão sob o Governo para discutir a redistribuição da terra como pode ser observada no verso do poema de Vinícius de Moraes:

*“Senhores barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha”*

Assim, segundo BRASIL (1997), os debates ampliaram-se com a participação popular, e dentre as chamadas reformas de base, consideradas essenciais pelo Governo Federal, a questão agrária era crucial. Em 1962, criou-se a Superintendência de Política Agrária - SUPRA, com a atribuição de executar a reforma agrária.

Em março de 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que visa regular as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União (PLANALTO, 2011).

Os problemas enfrentados igual o foco na necessidade de reforma agrária, não foram exclusivos do Brasil, diversos países, que hoje são grandes potências econômicas, tiveram que realizar as suas reformas agrárias em outras épocas, e atribuem a ela uma boa parte do crescimento econômico e social alcançados por esses lugares (BARBOSA et al., 2001).

A reforma agrária sempre foi considerada, segundo Fonseca (2009), como fator de promoção de justiça social pela redistribuição das terras com consequente aumento de renda das famílias e produtividade das propriedades. Em BRASIL (2005) a reforma agrária é apresentada não apenas como um programa de Governo Federal e sim como um compromisso e necessidade urgente do país tendo o potencial de transformar a sociedade brasileira.

Hunt (2006) ressalta que um dos problemas existentes no ponto central na reforma agrária é a baixa capacidade competitiva dos assentamentos, devido a pequena extensão de terra dos lotes, associada a um sistema de produção ineficiente. Este autor considera que, os assentamentos teriam baixo desempenho técnico e econômico, por não conseguirem incorporar economias de escala, e não estaria correspondendo a geração de emprego e renda esperada, almejada pela política agrária brasileira.

Para Girardi (2008), há um aumento significativo de famílias em ocupações e de famílias assentadas e segundo o mesmo autor, na década de noventa foram acrescidos 108,5 milhões de hectares à estrutura fundiária brasileira sem que a mesma fosse desconcentrada, já que em 2003 era de 0, 816 contra 0, 826 hectares em 1992.

As posses eram provenientes de ocupações e, consequentemente, constituíam o primeiro estágio dos assentamentos servindo de pressão às desapropriações. Isso possivelmente ocorreu pela minimização da aplicação da criminalização da luta pela terra e pela esperança que os movimentos socioterritoriais depositavam no Presidente Lula para a realização de uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu (LAMERA e FIGUEREDO, 2009).

Lamera e Figueredo (2009) apresentam que houve um aumento constante desde então até o ano de 2005. Os dados da Figura 1 mostram que os governos de FHC e de Lula, foram, neste período, equivalentes no número de famílias assentadas, pois, durante os oito anos de

governo de Fernando Henrique Cardoso, foram assentadas 457.668 famílias e, no primeiro mandato de Lula, foram assentadas 252.019 famílias. Assim, durante muitos anos, os posseiros foram a maioria no campo quando comparado com os assentados como pode ser observado na Figura 1 (GIRARDI, 2008). No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve um equilíbrio entre as famílias em ocupações e de famílias assentadas, não se mantendo no seu segundo mandato (1999-2002).

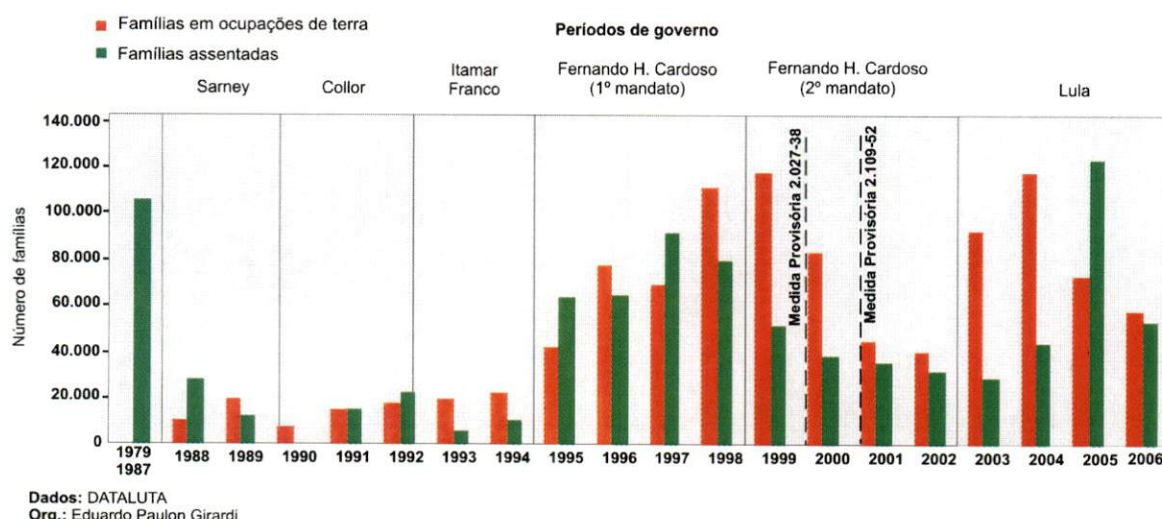


Figura 1 – Brasil - A luta pela terra e sua conquista - 1979-2006. Fonte: Adaptado de Girardi (2008).

A história da reforma agrária no Brasil é marcada por sucessos e fracassos na implantação de assentamentos rurais, e muitos estudos têm sido realizados procurando explicar às razões que levam uma trajetória a outra, na qual buscam caracterizar o perfil dos beneficiários da reforma agrária, sua história e sua cultura (PEIXOTO, 2002).

Pereira (2004) considera o assentamento como um espaço territorial delimitado juridicamente pelo Estado, resultante, na maioria dos casos, de desapropriação para fins de reforma agrária, onde determinado número de famílias estabelece-se de um novo espaço de socialização e produção integrado. No entanto, no Brasil, a heterogeneidade das famílias assentadas, obriga aos programas de assentamentos atenderem níveis satisfatórios de renda, moradia, educação, higiene e condições sanitárias às famílias para garantir a eficácia econômica e social dos assentamentos. O perfil dessas famílias deve ser investigado, podendo ser limitante ao sucesso das mesmas em assentamentos (ALVARENGA e RODRIGUES, 2004). A produtividade e a própria garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias

é apresentada por Leite et al. (2004) como um dos fatores preponderantes à continuidade dos assentamentos.

2.2 A reforma agrária e os assentamentos no estado de Mato Grosso

Segundo Moreno (2009), a história da propriedade da terra no estado de Mato Grosso foi marcada por políticas favorecendo os latifúndios e muitas ilegalidades. A Lei de Terras (Lei nº 601/1850) do Estado de Mato Grosso, sempre favoreceu os grandes proprietários, em vez de beneficiar os pequenos produtores. Essa lei de democratização foi sancionada em 1892, tratando dos mecanismos da regularização fundiária.

A criação do Instituto de Colonização da Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1970, fez com que muitas áreas do estado de Mato Grosso fossem federalizadas, absorvendo mais de 60% das terras matogrossenses. A reforma agrária, feita inicialmente pelo INCRA, foi à regularização fundiária, onde todas as áreas devolutas existentes na região de Mato Grosso ficaram sob seu domínio e registradas no Cartório Regional Imobiliário em nome deste órgão que representava a União. Timidamente, frente as dimensões e as características peculiares do Estado de Mato Grosso iniciou-se os assentamentos rurais no Estado, conjuntamente com políticas estaduais em favor dos mesmos (LAMERA e FIGUEREDO, 2009)

Também no Estado de Mato Grosso, a implantação dos assentamentos ao longo dos anos tem a ver, por um lado, com a configuração das forças políticas que definiram o trato das questões relacionadas à reforma agrária e, de outro lado, com a trajetória de atuação dos movimentos sociais (BARBOSA et al., 2001).

Nas décadas de 70 e 80 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas cadastradas junto ao INCRA que ocuparam 3,25 milhões de hectares assentando aproximadamente 20.000 famílias. A grande maioria destas famílias era vinda do sul do Brasil e em geral assentadas em lotes com áreas maiores que 100 hectares. Neste período, os projetos de colonização particulares e oficiais ocuparam uma área equivalente a 4,78% do território de Mato Grosso (LAMERA e FIGUEREDO, 2009).

Segundo Lamera e Figueredo, (2009) 59 projetos de Colonização Oficial foram implantados em Mato Grosso entre 1980 e 1992 e eram classificados conforme a estratégia de implantação em:

- Projetos de Assentamento Rápido- realizados em áreas de infra-estrutura já consolidada, com apoio dos Governos Estaduais e Municipais, tendo lotes em média de 50 hectares;
- Projetos de Ação Conjunta, realizados conjuntamente com cooperativas, onde o INCRA dava as terras, infra-estrutura básica e titulação das parcelas e as cooperativas davam a manutenção e administravam o assentamento.
- Projeto “Especial de Assentamento, executado para atender populações vindas de áreas em conflitos por terra. Toda a responsabilidade deste tipo de assentamento era do INCRA. Esse tipo de projeto foi implantado em 1981 e ficou muito conhecido por escândalos de compra e venda de terras destinadas a assentamentos.
- Projetos de Colonização Particular, e estes tiveram muito mais êxito do que os projetos oficiais. Era obrigação da empresa colonizadora se cadastrar junto ao INCRA e ter seu projeto aprovado por este órgão para que pudesse empreender uma colonização.

Embora os assentamentos estejam bem distribuídos em Mato Grosso, Lamera e Figueredo (2009) constataram que o maior número de famílias assentadas está no norte do estado, onde funcionaram como um fator de atração populacional para municípios de baixa densidade demográfica. A possibilidade de acesso a terra (DESCONSI, 2009) atraiu famílias de migrantes do Sul do Brasil, bem como produziu um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio Estado do Mato Grosso.

A reforma agrária no Estado de Mato Grosso se deu, através de um relacionamento de forma não dialógica e autoritária entre o Estado e os assentados, cooptando algumas lideranças do assentamento que passaram a ter o papel de formadores de opinião. O Estado assumiu um papel ideológico, transferindo tecnologias e conhecimentos, sem que houvesse uma construção coletiva ou apropriação efetiva dos conhecimentos pelos assentados (MACHADO, 1998).

As raízes da estrutura fundiária presente no Estado sempre favoreceram as grandes propriedades, e a grande maioria da agricultura familiar é originária de assentamentos rurais. (LAMERA E FIGUEREDO, 2009).

No Censo da Reforma Agrária de 2002 segundo Lamera e Figueredo (2009), em Mato Grosso existiam 332 projetos de assentamento localizados em 98 municípios, com criações

datadas desde o ano de 1981 até o ano de 2002. A Figura 2, onde os pontos brancos representam os projetos de assentamento e respectivos números de famílias assentadas no Estado do Mato Grosso.

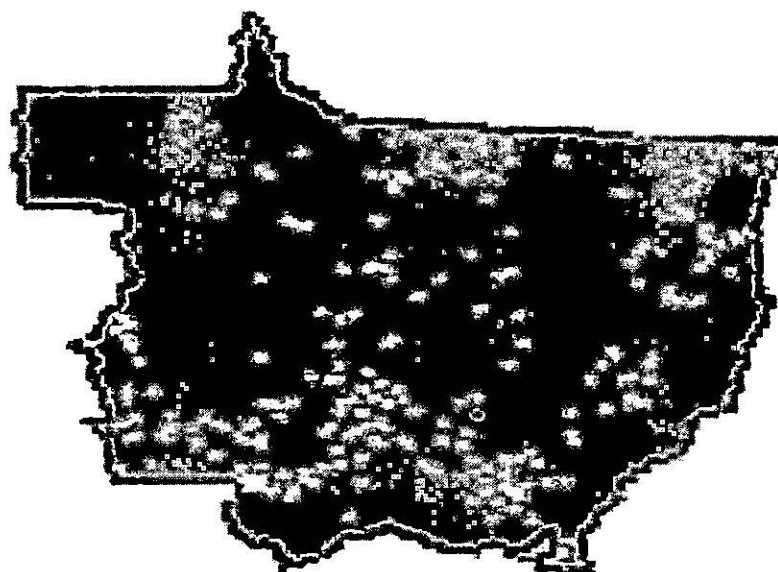


Figura 2: Mato Grosso: distribuição dos 332 projetos de assentamento criados entre 1981 e 2002. Fonte: Lamera e Figueiredo (2009).

Algumas áreas destinadas aos projetos de assentamento são subdivididas em área de preservação permanente, de reservas legal, destinadas à produção coletiva e à individual. Em apenas 09 dos 196 projetos de assentamentos estudados há área de produção coletiva, estes em geral são projetos mais antigos, exceto dois com apenas dois anos de criação (Tabela 1) (LAMERA e FIGUEIREDO 2009).

Tabela 1- Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)

Período	Números de Projetos	Números de Família
1986-1991	25	4247
1991-1996	77	15040
1996-2001	189	35493
2001-2003	34	4450
TOTAL	325	59230

Fonte: Adaptado de INCRA (2003).

A possibilidade de acesso a terra (DESCONSI, 2009) atraiu famílias de migrantes do Sul do Brasil, bem como produziu um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio Estado do Mato Grosso. Com isso, as desapropriações para fins da Reforma Agrária (“distributiva”) empreendidas pelo estado brasileiro vão ter nova ênfase nas décadas de 80 e vão ganhar destaque expressivo, pelo menos do ponto de vista numérica segunda metade da década de 90.

No estado do Paraná, observa-se a existência de assentamentos em estágios de desenvolvimento bastante diferenciados, o que se explica em função das características e especificidades de cada um, e fatores como qualidade do solo e tamanho da área, número de famílias, modo de exploração da atividade agrícola, tipo de orientação a que estão submetidos, forma de administração, entre outros, são fundamentais para o resultado final.

Outro fator a ser considerado, nesse contexto, é a queda de renda de alguns assentamentos pela perda de sustentabilidade econômica (FRANCIOSI, 2001).

2.3 A reforma agrária e os assentamentos de Vila Bela Santíssima Trindade

O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz parte do Estado de Mato Grosso, com cerca de 13.679 quilômetros quadrados de área, está localizado a 521 km de Cuiabá. Localiza-se a uma latitude 15°00'29" sul e a uma longitude 59°57'02" oeste, estando a uma altitude média de 198 metros. Sua população estimada em 2010 é de 14.493 habitantes.

A População urbana em Vila Bela da Santíssima Trindade é de: 5.175 e representa 35,7% da população, e a população é de: 9.316 e representa 64,3% da população (Figura 3) (BRASIL, 2010).

Segundo Filho (2009), cidades estabelecidas há mais tempo, como Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade, ganharam vida nova no rastro do movimento que levou Mato Grosso a ser conhecido como o celeiro do Brasil, promovido pelas novas investidas do capital e tendo o agronegócio como carro chefe.



Figura 3: Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade no estado de Mato Grosso. Fonte: Adaptado do BRASIL (2010).

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, como no restante do estado, as dificuldades têm sido enormes, visto que, os assentados optam pelo trabalho individualizado, que inviabilizam o desenvolvimento do assentamento e do padrão de vida das famílias. (FRANCIOSI, 2001).

O INCRA surgiu em Vila Bela da Santíssima Trindade em janeiro de 1982 com um Projeto Fundiário do Vale do Guaporé e implantação na sede regional com mais de 80 funcionários entre advogados, engenheiros, técnicos em topografia, motoristas e outros. Tinha como objetivo atender toda a região circunvizinha, e desde então vem sofrendo baixas sucessivas tendo atualmente, apenas 19 funcionários (INCRA, dados não publicados).

No ano de 1986, surgiu o primeiro Projeto de Assentamento em Vila Bela da Santíssima Trindade com o nome de Assentamento Formosa, proveniente da desapropriação de uma área de 14.000 hectares para assentar 241 famílias. Os lotes foram demarcados, distribuídos juntamente com o crédito de implantação, mas houve poucos investimentos em infra-estrutura deixando os assentados desamparados. Pouco se fez até 1.995, quando o INCRA de Vila Bela da Santíssima Trindade, criou também o Programa de Assentamento Guaporé com uma área de 13.000 hectares para assentar 180 famílias (INCRA, dados não publicados).

Em 1996 foi implantado o segundo Projeto do Assentamento Santo Helena, com uma área de 16.000 hectares, no qual não foi definido o limite de cada lote, pois ainda está em discussão pelo INCRA, mas já foram assentadas 168 famílias. Nesse mesmo ano foi

discussão pelo INCRA, mas já foram assentadas 168 famílias. Nesse mesmo ano foi implantado o Projeto de Assentamento do Morrinho do Tarumã, no qual o INCRA comprou uma área de 500 hectares visando assentar 33 famílias (INCRA, dados não publicados).

No ano de 1997 o INCRA teve a necessidade de implantar mais um assentamento no município, onde surgiu o Projeto de Assentamento São Sebastião que possui uma área de 500 hectares. Esse assentamento foi criado para atender 17 famílias que já habitavam uma área da União Federal. Ainda neste ano, surgiu o Projeto de Assentamento do Seringal, com uma área de 6.122 hectares para assentar 240 famílias com lotes em média de 25 hectares, sendo que nesse assentamento já existia Cooperativa Seringal formado por 38 seringueiros. Cada um desses seringueiros recebeu 10 hectares a mais, onde havia a plantação de seringa fora da área do loteamento por causa da Cooperativa, isso ajudava as famílias na agricultura de subsistência (INCRA, dados não publicados).

Em 1998 foi implantado o assentamento da Ritinha, com uma área de 7.575 hectares, que é situado a 45 km da sede do INCRA, com a capacidade de assentar 132 famílias de pequenos produtores rurais. Este assentamento foi o primeiro assentamento do município a ter o Plano de Desenvolvimento e Sustentabilidade de Assentamento (PDA) que visava tornar o assentamento auto-sustentável.

Cavalcanti (2011) afirma que o desenvolvimento sustentável não se trata de como apenas usar os recursos naturais, mas sim de uma política pública que defina os critérios de sua utilização nos sistema produtivo, favorecendo o crescimento.

Conforme Peixoto, (2002), o INCRA vem adotando desde 1995, como princípio o planejamento do desenvolvimento sustentável, quando se intensificaram as ações de implantação de assentamentos rurais

Em 2006 surgiu mais um assentamento com o nome de São Pedro do Cambará, com a desapropriação de uma área de 8.470 hectares. Na divisão dessa área não foi definida o tamanho certo de cada lote, mas já foram assentadas 105 famílias. Esse assentamento assim como outros ainda estão em fase de implantação, podendo receber famílias e créditos.

2.4 Agricultura familiar

Xavier (1989) ressalta que o conceito de agricultura familiar é recente no Brasil, antes disso só falava-se em pequena produção ou pequeno agricultor. Esses agricultores familiares nunca tiveram apoio, organização e força das instituições governamentais para tomarem decisões sobre a política agrícola.

Política institucional da agricultura brasileira está centrada na maior articulação entre as ações de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura familiar, possibilitando não somente a distribuição mais justa e equitativa da terra, mas também no aumento da produção e da produtividade. Segundo Leucena (2007) bases para que os pequenos produtores possam ir além da mera subsistência e participe, em condições competitivas, como oferta no mercado de produtos agropecuários.

A agricultura familiar traz benefícios para os trabalhadores, uma vez que oferece novas oportunidades de trabalho e renda, pois a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho no campo. (SANTOS, 2009).

A produção familiar é a principal atividade econômica em diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante. É preciso garantir a eles acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas (LIMA e WILKINSON, 2002).

A incapacidade das políticas de desenvolvimento do país em gerar emprego suficiente para as famílias urbanas, principalmente às de menor qualificação, muitas destas ainda egressas do meio rural em busca de melhores condições de vida, levou o governo e a sociedade a acreditarem na política de reforma agrária como solução (EMPAER, 2003).

De acordo com Reis (2011), a Agricultura Familiar são aproximadamente 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Segundo o autor cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Estes dados concordam com Silva (2001), que destacou que a agricultura familiar vem crescendo significadamente, representando 85,2% dos estabelecimentos agrícolas existentes no país, conforme o Censo 95/96.

A agricultura tem sido uma das mais importantes formas de ocupação do território e do uso dos recursos naturais desde as sociedades tradicionais até as sociedades tecnologicamente

avanzadas. Apresenta ainda, ao longo dos anos, esforço para construção de um desenvolvimento sustentável socioeconomicamente mais justo e ecologicamente mais equilibrado. No entanto a agricultura sustentável fundamenta-se na manutenção e ampliação da produtividade e na lucratividade das unidades de produção agrícola, minimizando, ao mesmo tempo, impactos negativos ambientais e sociais (BRASIL, 2004).

A incapacidade das políticas de desenvolvimento do país em gerar emprego suficiente para as famílias urbanas, principalmente para as de menor qualificação, muitas destas ainda egressas do meio rural em busca de melhores condições de vida, levou o governo e a sociedade a acreditarem na política de reforma agrária como solução (EMPAER, 2003).

Segundo Melgajero (2001), a assistência técnica e a extensão rural são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. O tema da Extensão Rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Tendo como referência o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Ritinha elaborado no ano de 1997, obtido junto ao INCRA, estudou-se a proposta inicial de implantação e desenvolvimento do assentamento quanto ao número de famílias a serem assentadas.

Foi elaborado um questionário com o objetivo de conhecer a realidade ao longo dos anos e permitir sua comparação com a proposta do PDA Ritinha.

Realizou-se uma pesquisa de campo no período de 10 de Janeiro a 18 de Março de 2011 com visitas in loco onde foram visitadas 92 (noventa e duas) propriedades deste assentamento, correspondendo a 75% dos lotes existentes. Os dados obtidos foram tabulados no programa Microsoft Office Excel, o que permitiu um diagnóstico, envolvendo caracterização geral do assentamento, caracterização das famílias, composição familiar, ocupação dos lotes, análises financeiras ou renda estimada das famílias beneficiadas, caracterização da infra-estrutura do assentamento, a caracterização e uso do solo, atividades econômicas, agricultura, pecuária, índices zootécnicos gerais, monta natural, taxa de lotação, mortalidade e descarte e créditos rurais, composição do rebanho pecuária, pecuária de corte, composição do gado de corte, pecuária leiteira, composição do rebanho leiteiro, raças leiteiras, relação touro/vaca, período de lactação, intervalo entre partos, (Apêndice 1).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização geral do Assentamento

De acordo com informações obtidas junto ao PDA (1997), o assentamento Ritinha tem uma área total de 7.575,6095 hectares e foi proposto assentar 133 famílias e ainda, uma área para a instalação de um núcleo urbano e outra para a escola. Do total de área existente é necessário desconsiderar 393,5720 hectares destinados a preservação permanente, sobrando 7.182,0375 hectares dos quais ainda foram reservados 50% para a reserva legal. Assim, dos 3.591,019 hectares que poderiam ser utilizados, 2.417,3856 hectares já estavam ocupados com pastagens e culturas sobrando 1.173,633 hectares passivos de desmatamento. Os 133 lotes teriam, em média, 53,0518 hectares, sendo que destes, 50% seriam destinados a reserva legal, pois não se adotou a reserva coletiva. O menor lote encontrado foi de 19,36 hectares e o maior 125,03 hectares. Apenas 20 lotes estariam dentro da média estabelecida pelo PDA, ou seja, 21,74% e acima (56,52%), denunciando que houve redistribuição da área ao longo dos anos.

4.2 Caracterização das famílias

4.2.1 Idade

Foram assentadas 132 famílias no Assentamento Ritinha das quais 75% foram entrevistadas totalizando 92 propriedades visitadas. Segundo as informações obtidas nas entrevistas, nestas 92 propriedades residem 309 pessoas, sendo 18,77% menores de 14 anos, 29,5 % com idade entre 14 e 30 anos e 51,78% com idades superiores a 30 anos. Em média cada propriedade possui 3,36 pessoas estando abaixo da média apresentada por SOUZA, 2009 de 4,3 pessoas em cada casa para as famílias assentadas pelo INCRA. O Secom (2003) estudou apenas 01 Assentamento do Programa Nossa Terra Nossa Gente encontrou que a

média da idade das pessoas no campo estaria subindo indicando um envelhecimento dos assentados os quais estariam na faixa etária acima dos 45 anos. Em 35% dos lotes apenas foram encontrados casais com idade acima dos 30 anos indicando que, em longo prazo, a idade média de idade tende a aumentar, pois os filhos não estão permanecendo no mesmo. A idade média dos assentados foi de aproximadamente 35 anos.

4.2.2 Composição familiar do assentamento Ritinha.

Com relação à composição familiar, a figura 5 apresenta que em apenas 4,35% dos lotes foi identificado que o proprietário morava sozinho e em 29,35% dos lotes foi encontrado apenas o casal residindo na propriedade totalizando 66,3% dos lotes.

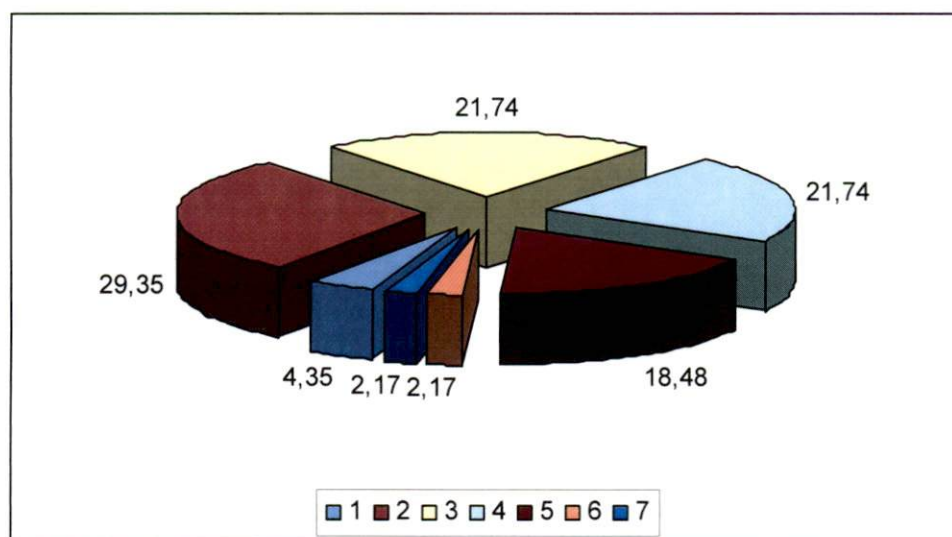


Figura 5: Composição familiar.

Diretamente associado a composição familiar, é necessário estudar o estado civil das famílias e foi observado que 4,34% dos assentados são viúvos, 36,95% são amasiados, 5,43% são solteiros e 51,08% são casados.

4.3 Tempo de ocupação dos lotes

Ainda neste estudo das famílias outro fator interessante observado é que apenas um dos entrevistados está no assentamento desde 1997, ou seja, a mais de 15 anos. Este assentado foi o primeiro a ocupar o assentamento devido a ocupações de terra. Pode-se observar que mais de 70% dos assentados estão no assentamento a mais de dez anos, indicando um bom índice de permanência e que as famílias realmente estavam interessadas na terra como forma de melhorar de vida. Aproximadamente 10% das famílias estão a menos de cinco anos e dois disseram estar no assentamento a aproximadamente um ano. Em menor proporção, é possível comprovar que existe uma rotação de famílias dentro do assentamento.

Segundo o ITESP (2005) o índice de permanência nos lotes é de cerca de 63%, percentual este menor que a média dos assentamentos do estado de São Paulo, que é de 82%. Este índice, talvez seja decorrente da idade já avançada do assentamento.

4.4 Renda estimada das famílias beneficiadas

No PDA (1997), os técnicos estimaram a renda das famílias a serem beneficiadas, variando entre “sem renda” a três salários mínimos. A Tabela 2 apresenta estas estimativas detalhadamente.

Tabela 2- Estimativa para a distribuição de renda das famílias pesquisada de acordo com o PDA (1997).

Nenhuma renda	Renda de até 01 salário mínimo	Renda de 01 a 02 salários mínimos	Renda de 02 a 03 salários mínimos	Renda maior que 03 salários mínimos
103	05	15	08	01

Não foi possível estimar a renda das famílias que tinham como atividade a agricultura devido a produção ser sazonal, onde o produtor não tinha o controle mensal das receitas. O

mesmo aconteceu com a pecuária de corte. Apenas nas propriedades que desenvolviam a atividade leiteira os assentados tinham noção da renda familiar devido o cheque do laticínio. Analisando as 51,08% propriedades que comercializaram leite no último ano foi possível constatar que na média geral de renda das famílias foi de R\$ 817,50 mensal, sendo dessas 14 assentados que possuíam gado leiteiro, tinha uma renda mínimo menos de 1 salário mínimo, 05 produtor tinha uma renda de 1 salário mínimo, 25 produtores tinham renda que variava entre 01 salário à 01 salário e meio, 10 produtores tinham renda de 02 salários à 02 salários mínimos, 01 produtor tinha uma renda de 06 salários mínimos. Segundo Uni registros cidades (2006), quando comparamos a renda per capita do Município de Vila Bela, tem-se que a renda era de R\$ 10.057,53 em 2006.

Estes resultados estão bem abaixo do valor encontrado por Santana (2003), referindo-se a economia do assentamento de Rondônia que apresentaram os indicadores de crescimento econômico mais expressivo da Região Norte, com renda per capita de R\$ 4.471,97 e produtividade do trabalho (PIB/emprego) igual a R\$ 175,62.

4.5 Caracterização da infra-estrutura do assentamento

No PDA (1997) previa a necessidades de infra-estrutura para o assentamento, destacando: energia elétrica; poços semi artesianos e distribuição de águas nos lotes; moradias com rede hidráulica; estradas; transporte diário de boa qualidade; acesso a educação do nível fundamental ao médio; posto de saúde de boa qualidade. No mesmo ainda previa criação de uma associação de produtores rurais com finalidade de buscar benefícios para o assentamento. Já se passaram 15 anos, e os problemas encontrados no assentamento Ritinha apontados durante a pesquisa foram às estradas com pequenos buracos, alagamentos, falta de assistência técnica e atendimento a saúde, e necessidade de instalação de torre de celular comunitária a fim de viabilizar melhor comunicação

No assentamento existe escola até o ensino médio, energia e água nos lotes, as casas foram construídas pelo INCRA. O transporte é feito três vezes por semana com ônibus de boa qualidade, levando os assentados até a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

4.6 Caracterização e uso do solo

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ritinha classificou o solo em:

- a) Latossolo amarelo com textura média o qual apresenta um relevo plano, com baixa fertilidade natural e sem problemas de erosão laminar;
- b) Latossolo vermelho-amarelo com uma textura média argilosa, sendo solos aptos para culturas anuais e permanentes desde que devidamente corrigidos e adubados e com práticas simples de conservação.
- c) Gley pouco húmico que abrange um solo argiloso de atividade baixa.

Como recomendação de uso e ocupação do solo foi proposto pelo PDA (1997) o plantio de algumas culturas anuais e perenes visando a subsistência e comercialização do excedente: arroz sequeiro, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, café, caju, pupunha, banana e cocô da Bahia. No entanto não foi relatado pelos assentados o plantio de arroz, cana de açúcar, café, pupunha e coco da Bahia. Em 55,5% das propriedades visitadas não havia prática de culturas. No restante, 44,5% das propriedades foram encontradas as seguintes culturas ou associações: 17 propriedades totalizando (18,47%), cultivam mandioca, em uma propriedade havia o cultivo de banana e feijão, com 1,08%, em 03 propriedades (3,26%), apenas mandioca e feijão uma propriedade cultiva milho com 1,08%, 04 propriedades com (4,34%), cultivam mandioca e banana, outra propriedade cultiva mandioca, banana e caju com 1,08%, 03 propriedades (3,26%) cultivam mandioca e caju, 07 propriedades cultiva banana com um percentual de 7,60%, 02 propriedades 2,17% cultiva mandioca, milho e feijão com, uma propriedade cultivava milho e feijão com 1,08% e uma propriedade cultiva mandioca e milho com 1,08%

A geomorfologia do assentamento Ritinha sofrer influência do rio Guaporé com regiões de Planície Fluvial onde ocorre freqüentes enchentes devido ao seu relevo plano. A má drenagem do solo, associada ao perfil das famílias que ocuparam as propriedades, muitas mais adaptadas à pecuária do que a agricultura, favoreceu a implantação de pastagens. A *Brachiaria humidicula* foi a principal forrageira encontrada, estando presente em todas as propriedades visitadas. Além desta, 0,1195% das propriedades possuíam a forrageira. MG5;

0,0652% com a *Brachiaria dictyoneuria* (Llanero), o *Panicum maximum* cultivar capim Massai aparecendo em 0,0543% das propriedades. Em relação à vegetação cerca de 36,97% das propriedades não tem mata e nem capoeira apenas pastagens e 48,91% das propriedades possuem matas e pastagens, 7,60% das propriedades possuem capoeira e pastagens e 6,52% possuem mata, capoeira e pastagens.

4.7 Atividades econômicas

4.7.1 Agricultura

Como relatado anteriormente a agricultura está presente 44,5% das propriedades sendo um subsidio de renda para o assentamento, destacando se o cultivo da mandioca na maior parte das propriedades.

4.7.2 Pecuária

Pôde-se observar que as famílias assentadas buscaram ao longo dos anos direcionarem seus rebanhos para a aptidão desejada. Realizando uma análise no rebanho, constatou-se que em 51,08% das propriedades as famílias se dedicam exclusivamente a pecuária leiteira, embora esteja presente em 68,47% das propriedades visitadas.

A pecuária de corte foi observada em 42,39% das propriedades pesquisadas. De modo geral observou-se que em apenas 25% das propriedades os assentados possuíam unicamente a pecuária de corte. Complementando as informações, temos que 17,39% das propriedades desenvolvem conjuntamente tanto a pecuária de corte quanto a de leite e ainda que 06 propriedades (6,52%) não desenvolvem atividades ligadas a bovinocultura. A receita destas 06 propriedades advém de trabalhos de diária ou mensal para terceiros. Ainda dentro das atividades pecuárias foram encontradas outras espécies de animais criadas para subsistência e comercialização da produção excedente, tais como:

- a) Ovinos (7,52%) - 10 produtores criam ovinos apenas para subsistência, e 14 para vender.
- b) Suínos (2,11%)- 29 produtores criam suínos para sua subsistência, e 07 para a venda.
- c) Aves (35,70%)- 29 produtores criam aves para sua subsistência, e 59 para vender a ajudar na renda das famílias.

4.7.3 Composição do rebanho

A composição do rebanho esta diretamente ligada à rentabilidade da atividade. Esta composição varia de acordo como o objetivo do produtor, produção de leite ou carne e ainda, com o sistema adotado, ou seja, cria, recria e engorda.

No assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande localizado em Dourados-MS, de acordo com Castro et al. (2010) a principal atividade pecuária é a leiteira. Em seu estudo encontrou a seguinte composição: 27% de vacas em lactação, 25,3% de vacas secas, 17,4% novilhas, 27,6% bezerros, 2,5% de touros.

4.7.4 Índices zootécnicos gerais

A lucratividade da atividade pecuária leiteira e de corte pode ser avaliada pelos índices zootécnicos, uma vez que eles estão relacionados à produção e, conseqüentemente, aos lucros do produtor. Assim, produtores e técnicos devem estar atentos para calcular os índices zootécnicos e identificar aqueles que apresentam maior desvio em relação a uma situação desejável, maximizando a produção e minimizando os custos de produção (LOPES et al, 2009a). Segundo este mesmo autor, minimizar os custos não significa em maximização dos lucros.

4.7.5 Monta natural

O manejo reprodutivo em 100% das propriedades avalizadas, tanto para gado leiteiro quanto para gado de corte é pela monta natural não controlada. Embora Bento Junior et al. (2006), ressaltarem que a inseminação artificial ou monta controlada seja uma importante ferramenta para a melhoria dos planteis visando a maximização da produção.

4.7.6 Mortalidade e descarte

Um dos fatores que contribuem para a redução da renda das famílias é a mortalidade de animais que é muito comum nas propriedades. Com base na pesquisa realizada por Lopes et al. (2009b) a mortalidade foi de 3, 2 e 1% nas categorias animais de 0 a 1 ano, 1 a 2 anos e 2 a 3 anos, respectivamente, porém os índices aceitáveis de mortalidade de gado de leite no Brasil é de 3%.

No assentamento PA Ritinha, tendo em vista as propriedades pesquisadas cerca de 0,63% das mortes de bovinos, foram ocasionadas através de diarreias e os acidentes ofídicos (picada de cobra). E 1,46% dos animais descartados no assentamento são entre animais jovens e adultos, foram vendidos para ajudar na renda familiar. Tomando-se como referência Lopes et al. (2009a) relata que a taxa de descarte total é de 20%, valor este considerado aceitável.

No levantamento realizado por (DOURADOS, 2010), no assentamento Fazenda Lagoa Grande em Dourados-MS, em 44,7% das propriedades ocorreram mortalidades de animais, sendo que em 32,9% foram observadas a morte de animais adultos e em 13,25% a morte de bezerros. Este trabalho destaca ainda que em 37,1% das propriedades onde ocorreu a morte de bovinos, os proprietários acreditam conhecer a causa da morte, onde foram relacionadas como principais causas: diarreia, acidentes ofídicos (picada de cobra), problemas reprodutivos e acidentes em geral.

4.7.7 Taxa de lotação

Em condições de sistemas tradicionais, ou seja, manejados sem adubação das pastagens, a taxa de lotação usualmente não ultrapassa uma vaca por hectare, mesmo durante a época das chuvas. Entretanto, em pastagens bem estabelecidas, formadas com gramíneas de bom potencial de produção, a taxa de lotação pode ser de 05 a 06 UA/hectare, dependendo da quantidade de concentrado fornecido por vaca por dia (DERESZ, 2006).

Entretanto nos dados obtidos na pesquisa realizada, os produtores não fazem a separação dos animais respeitando a taxa de lotação adequada, isto é, um animal com peso médio de 450 kg por hectare, além disso, a pastagem é de baixo valor nutritivo. Devido à pastagem (*Brachiaria humidicola*) do assentamento Ritinha ser de baixa qualidade, não tem condições de ter uma taxa de lotação adequada.

4.8 Pecuária de corte

A Pecuária de corte foi constatada em 42,39% das propriedades pesquisadas. De modo geral observou-se que em apenas 25% das propriedades os assentados possuíam unicamente a pecuária de corte.

4.8.1 Composição do gado de corte

O rebanho de corte pesquisado é composto por 1550 cabeças distribuídas nas propriedades entrevistadas, conforme a Tabela 3.

É interessante destacar que Castro et al. (2010) relataram que dos 76 produtores entrevistados, onde apenas 2,6% declararam possuir rebanho de corte, porém segundo os autores foi observado a presença de bovinos de corte inseridos no rebanho leiteiro.

Fazendo uma análise mais detalhada pôde-se observar que 05 propriedades desenvolvem o sistema de cria, recria e engorda correspondendo a 4,47% do rebanho e com uma receita média de R\$ 600,00 reais.

Tabela 3- Composição do gado de corte do Assentamento Ritinha, município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Classificação	Quantidade	Porcentagem
Vacas	322	20,77%
Novilhas de 1-2 de anos	223	14,38%
Novilhas de 2-3 anos	72	4,64%
Bezerros de 1-12 meses	115	7,41%
Bezerros de 1-2 anos	278	17,93%
Garrotes de 1-2 anos	224	14,04%
Garrotes de 2-3 anos	197	12,7%
Reprodutores	119	7,67%

4.8.2 Pecuária Leiteira

Em 51,08% das propriedades, as famílias se dedicam exclusivamente a pecuária leiteira no entanto, está presente em 68,47% das propriedades visitadas. A pecuária leiteira encontrada nas propriedades se caracterizou pela baixa tecnologia.

A cadeia produtiva do leite é uma das mais importantes do complexo agroindustrial brasileiro. A Região Centro-Oeste abriga 35% do rebanho bovino leiteiro nacional, com uma das principais concentrações de indústrias de laticínios do País (CARVALHO et al., 2002).

A pecuária leiteira no estado do Mato Grosso pode se tornar uma das principais atividades econômicas do setor primário, mesmo considerando as condições edafoclimáticas existentes, cujos períodos de seca e de águas tem tornado a oferta de leite de forma irregular ao longo dos anos (SANTOS et al., 2006).

4.8.3 Composição do rebanho leiteiro

No assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande localizado em Dourados-MS, de acordo com Castro et al. (2010), a principal atividade pecuária é a leiteira. Em seu estudo encontrou a seguinte composição: 27% de vacas em lactação, 25,3% de vacas secas, 17,4% novilhas, 27,6% bezerros, 2,5% de touros.

Na análise realizada, conforme a tabela 4 consideram-se todas as propriedades que desenvolvem a pecuária leiteira.

Tabela 4- Composição geral do rebanho leiteiro

Classificação	Quantidade	Porcentagem
Vacas em lactação	894	14,19%
Vacas secas	353	6,30%
Novilhas de 1-2 de anos	192	6,19%
Novilhas de 2-3 anos	81	3,68%
Bezerras de 1-12 meses	445	7,17%
Bezerros de 1-12 meses	416	6,81%
Garrotes de 1-2 anos	64	4,26%
Garrotes de 2-3 anos	29	2,9%
Reprodutores	77	1,24%

Como pode ser observada de modo geral a composição do rebanho do assentamento esta longe da ideal tendo 2551 cabeças.

No entanto, pôde-se a observar Tabela 4, que 27,72% propriedades possuíam uma composição aceitável. Ao comparar a renda média destas propriedades, pode-se constatar que a pecuária leiteira responde por R\$ 724,98 reais superiores as demais confirmando a tendência existente em outros assentamentos de que é a principal atividade.

4.8.4 Raças leiteiras

Realizando uma análise no rebanho constatou-se que em 51,08% das propriedades as famílias se dedicam exclusivamente a pecuária leiteira, no entanto este presente em 68,47% das propriedades, visitadas. A produção leiteira total do assentamento é de 2826 litros de leite por dia. A maior produção é de 175 litros de leite ao dia, e a menor é de 12 litros de leite ao dia e a média é de 45 litros de leite ao dia. Foi verificado também que desses rebanhos leiteiros 52,38% são da raça Girolando, 9,52% são da raça Holandesa e Nelore e 28,57% são de outras raças cruzadas. Castro et al. (2010), ressalta que a inclusão de uma raça européia com uma raça zebuína com o objetivo de melhorar a produção de leite, eficiência reprodutiva e a capacidade de adaptação ao clima.

No assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande no município de Dourados-MS, o rebanho de vacas leiteiras apresentou-se em média com 14 cabeças por propriedade, sendo a média de produção leiteira diária por produtor era de 32,4 litros, no período seco, sendo esse valor baixo é devido o comprometimento na produção das pastagens, que se encontra em menor disponibilidade e com qualidade inferior. Porém, no período chuvoso observou-se uma elevação da produção leiteira diária para 52,8 litros (DOURADOS, 2010). Os valores obtidos neste assentamento são muito superiores ao encontrado em Vila Bela da Santíssima Trindade, pois, as propriedades apresentaram um rebanho com 10 vacas em lactação, com produção média diária de 45 litros de leite ao dia, no período chuvoso, o motivo dessa baixa produtividade é a má qualidade das pastagens e a genética das vacas leiteiras.

Um problema apresentado por muitos produtores foi com relação ao preço do leite, onde estes estão susceptíveis ao monopólio do Laticínio Guaporé do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, que compra a produção de leite ao preço baixo de R\$ 0,53. Em Pontes e Lacerda, tem-se como referência para o mesmo período o preço de R\$ 0,52 pago pela Cooperonoeste e de R\$ 0,48 pelo laticínio. A remuneração para aos produtores do assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande no município de Dourados-MS, era de R\$ 0,80 por litro de leite (DOURADOS, 2010).

4.8.5 Relação touro/vaca

Neste estudo, pôde se constatar a seguinte relação touro/vaca praticada nas propriedades, 0,25% das propriedades utiliza 01 touro para 30 vacas, 0,14% das propriedades utilizam 01 touro para 40 vacas e 0,42% do restante das propriedades utilizam 01 touro para menos de 20 vacas.

Mas segundo alguns dos proprietários entrevistados, a relação touro/vaca, está correlacionada com a raça, idade para cobrição, tipo das pastagens, genéticas e fertilidade. Mas infelizmente as condições de vida dos assentados não têm como se adequar a esses critérios.

4.8.6 Período de lactação

Segundo Soares e Salman (2005), estudos realizados mostraram que, rebanhos leiteiros, devem apresentar um período de lactação de 10 meses. Uma quantidade de leite equivalente a 54- 60% da produção é obtida no pico de produção, ou seja, no 3º mês de lactação.

De acordo com as entrevistas realizadas no assentamento Ritinha foi concluído que 0,33% das vacas tiveram um período de lactação de 8 (oito) meses, e 0,31% com período de lactação de 7 (sete) meses.

4.8.7 Intervalo entre partos

Mattos (1997) apresenta que, sem dúvida, o intervalo entre partos é o mais importante índice reprodutivo a ser considerado nos sistemas de produção de bovino. No caso do gado de leite, como a produção de leite é um processo que se inicia a cada parto, deve-se procurar aumentar o número de partos por vida útil da matriz e, por consequência, sua produção vitalícia de leite. Santos (1991) ressalta que quanto maior o intervalo entre partos, maior será o período seco das vacas, reduzindo, conseqüentemente, a produção de leite e a rentabilidade do rebanho.

Neste mesmo raciocínio Carvalho (1998) destaca que a importância do intervalo entre partos, decorre do fato de que ele é reflexo de outros parâmetros reprodutivos, tais como: dias para o primeiro cio, dias para a primeira cobertura, taxa de detecção de cio, taxa de concepção, período de serviço, concepção, prenhez, taxa de abortos, entre outras. Chow et al. (1987) afirmam que para aperfeiçoar o processo de produção, é necessário aumentar o índice de eficiência reprodutiva, o que pode ser conseguido, em última análise, pela redução do intervalo entre parições.

Perotto et al. (2006) informaram que o intervalo de partos nas condições normais da pecuária brasileira varia de 14 a 18 meses, comprometendo o desempenho geral do rebanho, visto que o ideal seria um intervalo de partos de 12 meses.

Baseando-se apenas nos dados relatados pelos produtores do assentamento Fitinha pode-se constatar que o intervalo de parto seria de 13 meses (395 dias) a 14 meses (425 dias), em toda as propriedades entrevistadas.

4.9 Créditos rurais

O crédito rural é importante para fixar e estabilizar as famílias assentadas. No PA Ritinha, cerca de 0,78% dos pequenos produtores assentados pelo INCRA receberam créditos de implantação para aquisição de materiais de construção no valor de R\$ 1.800,00 e instalação de apoio inicial no valor total de R\$ 1.425. Desses produtores entrevistados além do benefício do crédito de implantação, 0,32% receberam também o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Isso segundo os entrevistados resultou as exigências feitas pelo Banco do Brasil.

Os agricultores familiares tinham pouco acesso ao crédito em virtude de sua escassez. Com isso, alguns governos estaduais desenvolveram programas de financiamento com pagamento em equivalência-produto, mas, para a maioria dos que necessitavam de empréstimos para financiar a produção agrícola, restavam os financiamentos particulares em empresas cerealistas, cooperativas e outros (NUNES, 2007).

5 CONCLUSÃO

O PDA é um estudo da realidade e da idealização do desenvolvimento sustentável do assentamento Ritinha, porém não foi executado, porque os assentados não tiveram acesso a esse conhecimento.

Com o diagnóstico realizado no assentamento Ritinha no município de Vila Bela de Santíssima Trindade-MT, constatou-se que houve uma redistribuição dos lotes onde apenas 20 lotes estariam dentro da média estabelecida pelo PDA, ou seja, 21,74%.

Ao longo dos anos, percebeu-se que houve uma valorização das propriedades e ainda comparando com o PDA, houve uma melhoria na renda familiar de cada família assentada. Porém, em relação à agricultura notou-se que era produzida em pequena quantidade, sendo apenas para subsistência. Dos assentados entrevistados percebeu-se que em 51,08% das propriedades, as famílias se dedicam exclusivamente à pecuária leiteira, devido ser a única fonte de renda das famílias.

Todos os produtores entrevistados passam por diversos problemas que acarreta prejuízos financeiros para a comunidade assentada. O solo é um dos problemas enfrentados pelos produtores, pois são solos alagados de má drenagem que reduz o desenvolvimento geral da gramínea, causando sua morte. A pastagem utilizada é *Brachiaria humidicola*, sendo está de baixo valor nutritivo e ainda sem nenhuma adubação. Outro problema enfrentado é a venda do leite por um preço baixo de R\$ 0,53 quando comparado com o leite produzido por outros produtores. Por isso esses assentados precisam de assistência técnica e apoio financeiro para a maximização da produção.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA. M., R., M. e RODRIGUES. P., F. **Indicadores socioeconômicos e demográficos de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul.** R Enferm UERJ p.286-91.Nova Alvorada do Sul. 2004.

BARBOSA, G. A. et al. Assentamentos rurais na região de fronteira Brasil-Paraguai: diagnóstico sócio-econômico e as perspectivas de desenvolvimento local. **Agrocel e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.2, n.4. 25p. out./dez. 2001.

BENTO JUNIOR, F. A. et al. Caracterização da bovinocultura de leite no assentamento Itacira I, município de Imperatriz-MA. In: ZOOTECA, 2006, Pernambuco. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. 157p.

BERGAMASSO, S.M.P.P., e NORDER, L.A.C. **O que são os assentamentos rurais?**. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13,n3, p.409-410,1996.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Reforma agrária, Compromisso de todos.** Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRONERA (Programa nacional de educação da reforma agrária): Manual de operações.** n.282. 26 de abril de 2004.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, guia para planejamento.** Brasília, novembro de 2005.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**Censo Populacional 2010.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010).

CARVALHO, M. P.; Como calcular e monitorar os índices reprodutivos. **Balde Branco,** São Paulo, n. 399, p.32-37, 1998.

CARVALHO, L. et al. **Sistema de produção de leite (cerrado).** Embrapa gado de leite. 2002. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/index.html>>. Acesso em: 11/mai/2011.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 436p.

CASTRO, K. N. C. et al. Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova da Lagoa Grande em Dourados, MS. **Documentos da Embrapa**, 106, Dourados, Dez. 2010, 46p.

CAVALCANTE, C. **Reforma agrária no Brasil**, SP, 1961. Disponível em: <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html> Acesso em: 25/02/2011.

CHOW, L. A. et al. Sincronização do cio em gado de corte. **Informe Agropecuário**, n. 148/87, 1987. p. 15-16.

DERESZ, F. et al. Produção de leite de vacas Holandês x Zebu em pastagens de gramíneas tropicais manejadas sob pastejo rotativo. **Circular Técnica**, 90, Juiz de Fora - MG, Dez. 2006. 6p.

DESCONSI, C. Os “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso1-migração e inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no período pós-90. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES REALIZADO EM BELO HORIZONTE DE 11 A 13 DE AGOSTO DE 2009, 6, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. 25p.

DOURADOS, **Projeto Bacia leiteira**: Assentamentos Rurais Amparo e Lagoa Grande. Mato Grosso do Sul. 2001. 5p.

EMPAER. (Empresa Mato-Grossense de pesquisa, assistência e extensão rural). Projeto vida nova. **Série Documentos**, 26, Cuiabá, set. 2003.16p.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2011. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_19.pdf . Acesso em: 11/abril/2011.

FERREIRA, E. L. e SILVA, E. O. Assentamento rural em região semi-árida: alternativas de manejo sustentável no projeto de assentamento serrote agudo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, Paraíba. **Anais...** São Paulo: Universidade Federal da Paraíba, 2009. 23p.

FILHO, B. B. J. Nova divisão do trabalho e mudanças nas relações rural urbano na fronteira Mato Grosso/Bolívia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2009. p.1-18.

FONSECA, K. N. **Reforma Agrária**, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. 1992. Cuiabá: Entrelinhas/Ed.UFMT. Acesso em: 12/mai/2011.

FRANCIOSI, E., O. **Caracterização e situação dos assentamentos dos trabalhadores rurais sem terra no Estado do Paraná**. Guarapuava, Paraná v. 2 no 1 p. 171-178 jan./jun. 2001.

GIRARDI, E. P. e FERNANDES, B. M. **Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária**. n.8, São Paulo, 2008.

HUNT, D. M et al. **Comparação de indicadores de desempenho de produtores de leite localizados dentro e fora de assentamentos de reforma agrária no sudeste do Brasil**. 2006. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org/.../Andre_Jose_Sanaiotti_Grade_capitalismo_e_pequenos_produtores_de_leite do em: Acessado em: 03/05/2011.

INCRA. **Plano de desenvolvimento sustentável de assentamento**, Cuiabá-MT, 02 de Jan 1997.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. **Relatório de Ações da Gestão 2003 da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento do ITESP**. 2003.

LAMERA, A. J. e FIGUEREDO, R. M. A. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso. Uma análise dos dados do censo da reforma agrária panorama socioeconômico**. v.27, 2009.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, e. UNESP (co-editora e distribuidora), 2004.

LEUCENA, L., P. et al. **Novo modelo de assentamento para reforma agrária - programa terra vida, o estudo de caso do plano de assentamento Itamarati II**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR. jun, 2007.

LIMA, D. M. A. e WILKINSON, J. (org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LOPES, M. A. et al. Influência de diferentes índices zootécnicos na composição e evolução de rebanhos bovinos leiteiros. **Ciência Animal Brasileira**. v.10, n.2, p. 446-453, abr./jun. 2009a.

LOPES, M. A. et al. Comunicação impacto econômico do intervalo de partos em rebanhos bovinos leiteiros. **Ciência Animal Brasileira**. v.33, p. 1908-1914, 2009b.

MACHADO, A., M., B. Educação ambiental para desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais: contribuições de um estudo de representações sociais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.125-136, jan./abr. 1998.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 294 p.

MATTOS, W.R.S.; Aumento da eficiência na produção leiteira. **Revista Balde Branco**, Julho/1997. P. 26-33

MEDEIROS, L S. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: UFRRJ – CPDA; UNRISD, 2002. 127 p.

MELGAJERO, L. O. Desenvolvimento e a reforma agrária e os assentamentos-Espaços para a contribuição de todos. **Agrocel e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.4. p.58-67,out/dez 2001, Pedrozo.

MORENO, G. Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892- na fronteira Mato Grosso/Bolívia, São Paulo, 2009.

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. Boletim eletrônico. Departamentos de Estudos Sócios Econômicos-Ruais, 2007.p.1.

PEIXOTO, M. O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais; experiências no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Universitária Rural, Séries Ciências Humanas**. v. 24. P.159-172. jan/ jun. 2002.

PEIXOTO, A. e GARCIA, F., A. As Novas Territorialidades da Reforma Agrária na Paraíba: O Assentamento Rural de Dona Helena1, v.7, n. 2, Cruz do Espírito Santo-PB, 2006.

PEROTTO, D.; et al. Intervalo de partos de fêmeas bovinas Nelore, Guzerá x Nelore, Red Angus x Nelore, Marchigiana x Nelore e Simental x Nelore. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.35, n.3, p.733-741, 2006.

PEREIRA, J., R. Terras e reforma agrária. In: WOORTIMANN, Ellen F. (Org.). **Significado da terra**. Brasília: e. Universidade de Brasília, 2004.

PLANALTO. **Reforma agrária: compromisso com todos**. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/plubi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM#1 Acesso em: 20/03/2011.

REFORMA AGRÁRIA: **O mito e a realidade**. 2011. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/novembro/dia-da-reforma-agraria-2.php>. Acessado em 21/mai/2011.

REIS, R. M. **Perfil e dificuldades da agricultura familiar na cidade de Guaraniaçu/PR**, 2011 Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em 07 /fev. /2011.

RENAULT, A. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável guia para o planejamento**, Brasília, 2005.

SANTANA, A. C. Descrição e análise da cadeia produtiva de leite no estado de Rondônia. **Movendo Idéias**, Belém, v.8, n.14. p.24 – 36. Nov. 2003.

SANTOS, J. A. Como se livrar dos problemas que impedem uma cria por ano. **Revista Balde Branco**, São Paulo, n. 326, p.18-21, 1991.

SANTOS, J. N. dos. et al. Escrituração zootécnica e registros de manejo, produção e reprodução de bovino leiteiros na região Leste de Rondonópolis-MT. In: ZOOTECA, 2006, Rondonópolis. **Anais...** Mato Grosso: Universidade Federal Mato Grosso, 2006. 6p.

FERREIRA, E. L. e SILVA, E. O. Assentamento rural em região semi-árida: alternativas de manejo sustentável no projeto de assentamento serrote agudo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, Paraíba. **Anais...** São Paulo: Universidade Federal da Paraíba, 2009. 23p.

SANTOS, J., A., G. **agricultura familiar e políticas públicas: uma análise socioeconômica do Pronaf**. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão

de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. 2009.

SECOM. **Governo discute assentamento rural em MT.** 2003. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br/imprime.php?cid=3933&sid=13>>. Acesso em: 04/Junh/2011.

SILVA, C. E. M. **Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: Subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2001. 116 p. (Série Cadernos Temáticos, n 4).

SOARES, J. P. G.; SALMAN, A. K. D. **Sistema de produção de leite em Rondônia: produção, reprodução, nutrição e alimentação,** Porto velho: Embrapa Gado de leite, 2005. 10p. (Embrapa Gado de leite. Recomendações Técnicas, 91).

SOUZA, J. **Segundo Ibope 72,3% dos assentados pelo governo não geram renda.** 2009. Disponível em: <<http://bomdiamatogrosso.com/sem-categoria/segundo-ibope-723-dos-assentados-pelo-governo-nao-geram-renda/>>. Acesso em: 04/Junh/2011.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984.40p.

VERONESI, C. e QUEIROZ, L. S. **Ambiental e de uso da terra do Assentamento Lagoa Grande, Mato Grosso do Sul,** por meio de imagens IKONOS. Relatório Técnico. Mato Grosso do Sul: Projeto. 2003, 36p.

UNI REGISTRO CIDADES. **Brasil: Mato Grosso: Vila Bela de Santíssima Trindade.** Disponível em: <<http://www.uniregistro.com.br/cidades-do-brasil/matogrosso/vilabeladasantissimatrindade/>> Acesso em: 16/mai/2011.

XAVIER, J. H. V. **Análise de ciclo de vida (ACV) da produção agrícola familiar em Unaí-MG: resultados econômicos e impactos ambientais.** 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2003. 149p.

APÊNDICE

CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Identificação da Propriedade

Nome: _____

Quantas pessoas que moram na propriedade tem a idade entre 05 a 14 anos _____

14 a 30anos _____ mais de 30 anos _____

Fone do proprietário: _____

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Nome do sítio: _____ Tamanho da propriedade: _____

Possui algum tipo de culturas? () Sim () Não Qual? _____

Possui pasto natural? Qual? () Sim () Não _____

Possui Mata? () Sim () Não Possui pasto a reformar? () Sim () Não

Qual tipo de pastagem existente na propriedade? _____

A pastagem é degradada? () Sim Não ()

Qual o valor da propriedade de porteira fechada? _____

Infra-estrutura da Propriedade

A propriedade possui:

Casa	energia rural	água	estrada	curral	ordenhadeira	chiqueiro
() Sim	() Sim	() Sim	() Sim	() Sim	() Sim	() Sim
() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	() Não	() Não

Máquinas e equipamentos

Trator	carro	charrete	moto
() Sim	() Sim	() Sim	() Sim
() Não	() Não	() Não	() Não

Tempo aproximado de residência atual no lote? _____ anos

Qual é o principal produto produzido na propriedade?

Qual é o preço pago por esse produto?

Tem algum ponto certo de comercialização?

Qual a maior dificuldade que vocês enfrentam neste negócio?

Esse tipo de produção é a mais importante fonte de renda da propriedade? Qual?

Além do produto principal, quais os outros produtos produzidos na propriedade?

Qual é a produção média por mês, e qual o preço pago a vocês pelo produto?

Arroz kg _____ R\$ _____ Milho kg _____ R\$ _____

Café kg _____ R\$ _____ Mandioca kg _____ R\$ _____

Banana kg _____ R\$ _____ Caju kg _____ R\$ _____

Pupunhkg _____ R\$ _____ Cana-de-açúcar kg _____ R\$ _____

Cocô-da-Bahia kg _____ R\$ _____

Recebe alguma assistência técnica?

() Sim () Não

De quem? _____

Qual é o tempo da última visita?

() 6 meses () 1 ano () mais de 3 anos

Como você avalia essa assistência?

Quais são as condições de posse e uso da terra?

() direito de posse () contrato de consorciação de uso (CCU)

Já acessou o crédito de implantação?(Fomento, Alimentação, Habitação)

() Sim () Não

O produtor tem algum financiamento?

() Sim () Não

Outro crédito, qual e o valor? _____

CARATERIZAÇÃO DOS ANIMAIS

Possui animais na propriedade? () Sim () Não ()

Que tipo?

() Gado de corte Quantidade: _____ () Gado de leite Quantidade: _____

() Ovino Quantidade: _____ () Suíno Quantidade: _____

() Aves Quantidade: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Infra-estrutura

O assentamento possui estradas de bom tráfego? () Sim () Não

Possui posto de saúde ou algum tipo de atendimento? () Sim () Não

Possui Associação? () Sim () Não

Possui torre de celular? () Sim () Não

Possui ponte em boas condições? () Sim () Não Possui escola? () Sim () Não

Ela atende as necessidades da comunidade do assentamento? () Sim () Não

No seu ponto de vista quais são os principais problemas encontrados no assentamento?

ANIMAIS PRODUTIVOS

Gado de Leite

Vacas em lactação _____ Vacas secas _____ Novilhas 1-2anos _____ 2-3anos _____

Bezerras 0-12 anos _____ Bezerros 0-12anos _____ Garrotes 1-2anos _____

Garrotes 2-3anos _____ Boi _____ TOTAL _____

Quantos litros em média? _____ + litros _____ - litros _____

Qual é a produção mensal de litros de leite? _____

Raça: _____ IA: _____ MN: _____

Gado de Corte

Vacas _____ Novilhas 1-2anos _____ 2-3anos _____

Bezerras 0-12 anos _____ Bezerros 0-12anos _____ Garrotes 1-2anos _____

Garrotes 2-3anos _____ Boi _____ TOTAL _____

Qual é a média de peso que o animal é vendido? _____

Quantos animais se vendem por ano? _____

Raça: _____ IA: _____ MN: _____

Taxa de lotação: _____ Intervalo de partos: _____

Período de lactação: _____ Relação Touro/Vaca: _____

Mortalidade: _____ Descarte: _____